

Policiais e bolsonarismo: a expressão de discursos discriminatórios em redes sociais abertas e fechadas

Police officers and Bolsonaroism: the expression of discriminatory discourses in open and closed social medias

Jacqueline Sinhoretto

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

André Cedro

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

Henrique Macedo

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

RESUMO

Qual é o alcance dos riscos que as instituições democráticas correm com a politização da polícia produzida pelo bolsonarismo no Brasil? O artigo visa a apresentar alguns elementos de resposta ao analisar a evolução da interação entre policiais militares de São Paulo em redes sociais digitais. Os dados coletados e as observações realizadas em redes sociais de policiais militares demonstram escolhas individuais e institucionais de práticas e políticas que podem opor grupos de policiais ao regime democrático. Os resultados apontam que a adesão bolsonarista de policiais produziu um deslocamento do eixo do debate público sobre segurança, com recuo das propostas reformistas e reforço da militarização do controle do crime.

Palavras-chave: Segurança Pública, Polícia, Policiamento Ostensivo, Bolsonaroismo, Redes Sociais Digitais.

Recebido em 15 de março de 2023.
Avaliador A: 08 de junho de 2023.
Avaliador B: 18 de julho de 2023.
Aceito em 18 de dezembro de 2023.



ABSTRACT

What is the extent of the risks that democratic institutions face with the politicization of the police produced by Bolsonarism in Brazil? This article aims to present some elements to respond this question by analyzing the evolution of the interaction between military police officers from São Paulo on digital social networks. The data collected and observations made on social networks of military police officers demonstrate individual and institutional choices of practices and policies that oppose police workers to the democratic regime. The results indicate that Bolsonarist adherence of police officers has shifted the axis of public debate on security, with a retreat of reformist proposals and reinforcement of the militarization of crime control.

Keywords: Public Safety, Police, Ostensive policing, Bolsonarism, Digital Social Networks.

INTRODUÇÃO

Entre 2014 e 2018, o Brasil teve quatro vezes mais policiais e militares eleitos para postos no Legislativo. Quase todas as candidaturas e quase todos os eleitos estão em partidos da direita e marcam a inscrição de policiais na política convencional. Essa politização da polícia é especialmente importante entre policiais militares. O impulso a candidaturas de agentes de segurança é parte do contexto de ascensão de Jair Bolsonaro, em 2018, que, por um lado, atualiza discursos e atitudes presentes no debate sobre segurança desde a transição democrática, e, por outro, representa uma radicalização à ultradireita, com sinais de ruptura com a democracia em 2022 e particularmente em 8 de janeiro de 2023, quando foram invadidos e depredados os edifícios sede dos três poderes da República, em Brasília.

No plano político, essa movimentação de candidatos, vereadores e deputados federais e estaduais é complementada pelo grande ativismo de policiais nas redes sociais. Desde os anos 1980 o discurso da chamada “bancada da bala” atribui à democratização política o enfraquecimento das polícias e do controle do crime, responsabilizando a democracia e os defensores dos direitos humanos pelo crescimento dos indicadores de crimes

Em que pese a oposição política representada pelo discurso antidemocrático dos policiais nas mídias, os governos democráticos no Brasil investiram muito em segurança

pública. O setor foi organizado e investiu em equipamentos, tecnologia, armamentos, educação policial, ampliação de efetivos, mudanças legislativas e organizacionais. O crescimento do encarceramento no período democrático é um indicador eloquente de que não apenas o controle do crime não foi desmobilizado como ele foi bastante ampliado.

No desenvolvimento de nosso programa de pesquisa sobre o campo do controle do crime no Brasil, interessa observar conjuntamente como ocorre a ascensão política dos policiais no contexto do bolsonarismo e o protagonismo que a Polícia Militar (PM) passou a exercer no controle do crime. O reforço de uma estratégia de militarização da segurança pública tem sido demonstrado em nossas pesquisas (Sinhoretto *et al.*, 2021). O objetivo deste artigo é abordar o protagonismo dos policiais militares em duas frentes: o protagonismo operacional no controle do crime e o protagonismo político, exercido por meio de candidaturas e atuações legislativas.

Em 2022, observou-se o deslocamento do discurso das pautas da segurança pública, que foram a tônica típica da “bancada da bala”, para os discursos contra o regime democrático e contra os poderes republicanos, com ataques ao Supremo Tribunal Federal, à urna eletrônica e ao questionamento das eleições, com forte viés golpista impresso por Jair Bolsonaro. A pesquisa aponta que nas redes sociais abertas há algum grau de censura de conteúdos abertamente eleitorais, com foco no discurso sobre o crime. Nas redes fechadas, entretanto, os grupos de policiais funcionam como um espaço de difusão do bolsonarismo, reunindo os tópicos morais, o combate violento a acusados de crimes e a propaganda de cunho fascista contra as instituições republicanas, que questiona a lisura das eleições.

De um ponto de vista normativo, a politização dos policiais tornou-se majoritariamente antidemocrática e orienta posições e atitudes de ruptura com a democracia, como o questionamento das eleições. Mesmo que exista uma distância entre o discurso e a passagem efetiva para a ação golpista (distância perigosamente colocada à prova nos eventos de 8 de janeiro de 2023), as bases sociais do novo autoritarismo estão perigosamente entranhadas nos meios policiais. E isso diz algo sobre a baixa adesão de policiais aos valores democráticos.

As pesquisas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que entre 15% e 40% dos policiais são considerados radicalizados ou potencialmente radicalizáveis, a depender das características da conjuntura política e institucional (FBSP, 2022). Esse levantamento foi feito anualmente desde 2020 e aponta que menos da metade dos policiais brasileiros têm interações em redes bolsonaristas radicalizadas, embora o alcance tenda a se ampliar. A maioria das interações em ambientes bolsonaristas ocorre entre policiais militares, enquanto civis e federais estão mais afastados delas.

MATERIAIS, MÉTODOS E ABORDAGEM TEÓRICA

Os dados e análises que seguem são parte dos resultados de um programa de pesquisa sobre segurança pública e relações raciais. O material gerou desdobramentos para a melhor compreensão do que nomeamos de estratégia militarizada de controle do crime em São Paulo (Sinhoretto, 2021; Sinhoretto *et al.*, 2023).

Ao utilizarmos uma abordagem multimétodos no programa de pesquisa, recorreremos ao monitoramento de redes sociais abertas e fechadas de policiais militares, material sobre o qual nos debruçamos neste texto. As redes sociais abertas são as que não necessitam de uma autorização de acesso, e seu conteúdo pode ser visto por qualquer membro, caso de Facebook e YouTube. Já as redes sociais fechadas necessitam da autorização do administrador do grupo para acessar o conteúdo, caso dos grupos de WhatsApp. Foi empregada a análise de conteúdo de páginas em redes abertas, tanto oficiais quanto de policiais da ativa e políticos oriundos das carreiras policiais. Também foram analisados conteúdos veiculados em grupos privados de WhatsApp, cujos membros eram majoritariamente policiais militares atuantes no policiamento na região da grande São Paulo.

A adaptação dos métodos etnográficos ao universo *online* é um campo de investigação que permite observar as relações sociais entre os universos físico e virtual – já que interações entre os universos *on/offline* são mediadas. São novas formas de construção da realidade social com diversas implicações sociais e políticas (Lupton, 2019; Miskolci, 2016). Os métodos etnográficos relacionados às mídias digitais, por exemplo, encaram o ciberespaço como um espaço de interação social, portanto passível de ser objeto de uma etnografia cuja coleta de dados seja multidimensional, isto é, nos “mundos” *online* e *offline* (Hine, 2000). Assim, a análise dos materiais foi cotejada com as informações que colhemos por outros meios, em nossa vivência *offline* no campo de estudos e em debates públicos sobre segurança e policiamento.

Redes sociais como o Facebook e o YouTube foram monitoradas de 2012 a 2018, por meio do acompanhamento de páginas ligadas ao elogio da Polícia Militar de São Paulo (PMESP), em especial as que versam sobre a atuação do grupamento especial Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), páginas de secretários de segurança, de membros da polícia e de candidatos a cargos eletivos oriundos da instituição (Macedo, 2015). Várias páginas monitoradas não existem mais ou tiveram algumas postagens excluídas. Nesse material foram buscados conteúdos ligados às funções da polícia, comentários de ações policiais retratadas, concepções de policiamento e

comentários sobre a política de segurança pública e sobre o contexto político mais amplo¹. Um novo monitoramento foi realizado no período de 2021 a 2023.

Os dados desse segundo período foram organizados em categorias: a) vinculadas à ação policial ligada a: abordagens; ações cotidianas; violência policial; letalidade policial; mortes de policiais; b) à política englobando a ameaça de golpe; ataques ao Superior Tribunal Federal (STF); um ataque ao Ministro Alexandre de Moraes; um ataque ao presidente Lula; um ataque à primeira-dama Janja; fraudes nas urnas; antipetismo; apoio ao Bolsonaro; apoio a Sérgio Moro; pandemia de covid-19; c) e a preconceitos: homofobia, racismo, xenofobia e machismo.

A pesquisa teve acesso a dois grupos fechados do WhatsApp, integrados por alguns policiais militares. O acesso foi estabelecido através do contato com participantes, que concordaram com o acompanhamento, solicitando, todavia, a preservação de seus dados e nomes. Assim estabeleceu-se o compromisso de demonstrar somente conteúdos relevantes para a pesquisa, de modo a não comprometer a vida dos interlocutores. Os grupos de WhatsApp mencionados são compostos por policiais de São Paulo e outros estados, além de parentes e amigos, pessoas próximas ao círculo. Eles transmitem conteúdos variados que não estão apenas associados a atividades policiais, o que exigiu uma seleção de conteúdo.

A abordagem teórica que orienta a análise e a interpretação dos dados está assentada na construção da teoria sobre o campo do controle do crime em São Paulo e as estratégias operadas em seu interior (Sinhoretto, 2021). O conceito de campo de controle do crime e da justiça criminal foi construído por David Garland (2008, p. 36), com vistas a explicar processos de mudança que “abrangem forças sociais, econômicas e culturais pós-modernas que deram nova feição à reflexão criminológica, às políticas criminais governamentais e às atitudes culturais populares”.

O conceito de campo enfatiza um conjunto não homogêneo de atores, instituições, práticas e saberes em disputa, divergência e concorrência quanto a processos de mudança e estabilização (Garland, 2020). A maneira como instituições e atores confrontam as mudanças e lutas não é unívoca, engendra estratégias que se desenvolvem em direções contraditórias, sendo que as mais “exitosas” repercutem nas políticas e culturas populares e profissionais emergentes. Discursos e estratégias emprestam forma e estruturação ao campo do controle do crime. A história do presente orientada pelo conceito de campo revela sinais de continuidade e descontinuidade, o que permite pensar a emergência de reconfigurações em que os novos elementos sofrem contínua influência de elementos antigos, práticas profissionais e modos de

¹ Uma descrição e análise mais extensa deste material foi publicada por Sinhoretto e Macedo (2019)

pensamento próprios da configuração anterior.

Enfocando especificamente o campo do controle do crime no Brasil, interpelado em nosso programa de pesquisa, ele tem sido disputado por quatro grandes estratégias: a militarizada-inquisitorial, a clássica, a da prevenção e das alternativas penais e a penal (Sinhoretto, 2021).

De um ponto de vista típico-ideal, os atores que protagonizam a estratégia militarizada são os policiais militares. O tipo de policiamento que domina o trabalho policial hoje – o policiamento ostensivo – consiste em abordar pessoas por perfil criminológico, realizar prisões em flagrante, abusar da força nas interações com tipos de público considerados suspeitos e recorrer a armas de fogo e à letalidade policial. Um policial formado nos parâmetros de um modelo militarizado de controle do crime acredita que o “verdadeiro trabalho de polícia” é entrar em confronto, usar a arma, abordar suspeitos e realizar prisões em flagrante – a letalidade é um evento considerado uma decorrência natural do combate ao inimigo da sociedade. Do mesmo modo, ele considera que intervir em conflitos diversos não é o verdadeiro trabalho da polícia; reclama, se ressentido de que a população ocupa demais a PM com questões não relevantes. Administrar conflitos, para ele, é neutralizar tipos suspeitos (Sinhoretto, 2021).

Na estratégia clássica, os operadores jurídicos são os protagonistas, e o processo penal é a principal forma de administrar o controle do crime. Os juízes detêm o monopólio da punição e as formas de punir estão descritas nos diplomas normativos, com previsão de garantias dos acusados e limites institucionais ao poder de punir. A forma de policiamento que corresponde a esse tipo é a polícia investigativa, que constrói a incriminação do evento até chegar ao acusado. A verdade jurídica se constrói por provas objetivas e reguladas por normas que embasam a acusação formal. Administrar conflitos é criminalizar condutas e responsabilizar penalmente os indivíduos. A punição atende aos princípios da ressocialização, e a prisão é um dispositivo de disciplina, individualizante. É considerada clássica pois a maioria dos diplomas normativos responde a essa estratégia de controle do crime, sendo sua doutrina a mais estabilizada nas faculdades de Direito, nas revistas científicas e no discurso legitimado das principais posições do campo de controle do crime.

As demais estratégias, mais recentes e minoritárias no campo, não serão desenvolvidas neste texto, bastando agora mencionar a sua participação na configuração do campo do controle do crime. São elas: a estratégia da prevenção da violência, com foco nas vítimas de crimes e desigualdades, cujos protagonistas são atores ligados a projetos de prevenção de alcance local e portadores de saberes de assistência social; e as alternativas penais, métodos compositivos de administração de conflito cujos saberes são relativos à recomposição de relações e situações, protagonizadas pelos operadores jurídicos críticos à intervenção penal.

A militarização do campo estatal de administração de conflitos não é, portanto, o único movimento perceptível, quando se analisa o modo como funciona o controle do crime no Brasil atual. Parece nítido que a democratização institucional do período da Nova República trouxe disputas que impulsionaram tanto as limitações do poder de punir quanto a prevenção e as alternativas (Azevedo; Cifali, 2017). É igualmente nítido que a disputa por democratização sofreu um refluxo na última década, e a militarização hoje coloniza – ou tenta colonizar – as demais estratégias no campo. No âmbito do governo federal, no último governo, o fomento à prevenção e às alternativas foi praticamente erradicado, e o discurso “bandido bom é bandido morto” foi reforçado durante a gestão Bolsonaro, orientando a destinação de recursos financeiros, humanos e simbólicos disponíveis no campo. As formas de resistência se enfraqueceram.

POLÍCIA MILITAR E MILITARIZAÇÃO DO CONTROLE DO CRIME

Na medida em que se parte de uma conceitualização do campo de controle do crime e suas estratégias, num primeiro momento foi identificado o protagonismo operacional da Polícia Militar no campo da segurança pública e do controle do crime (Sinhoretto; Lima, 2015). Esse protagonismo foi descrito como uma expansão das funções da PM em todo o trabalho de seleção de crimes, perfis de suspeitos e áreas das cidades onde é recrutada a clientela e são definidos os objetivos da justiça criminal. Foi identificado que a preponderância na efetivação da legislação penal nas ruas cabe à PM, que superou em muito o papel da Polícia Civil na tarefa. É isso que foi nomeado protagonismo operacional, cujos resultados são definidos pelo foco em abordagens pessoais, em tecnologias de suspeição e prisões em flagrante. O mesmo mecanismo foi detectado por Costa e Oliveira (2016), que também registram a mudança no perfil do trabalho policial: as investigações foram paulatinamente assumidas pela Polícia Militar, o que reverberou na condução de processos judiciais em que o foco em depoimentos, testemunhos e confissões declina, dando lugar ao exame de autos de prisão em flagrante e depoimentos de policiais. Isso que entendemos como protagonismo operacional da PM no controle do crime, dessa forma, está conectado com mudanças na forma de produção da verdade jurídica nos processos criminais, um tema que tem sido estudado por Jesus (2020) e Lima e Mouzinho (2016), reforçando a estratégia aqui nomeada militarizada-inquisitorial.

Além desse protagonismo operacional, observa-se o protagonismo político dos policiais militares no que tange às eleições, às candidaturas e aos mandatos, objeto específico deste

texto. Um breve histórico da instituição policial, abordado a partir da PM de São Paulo, será necessário para sustentar a análise.

Criada durante a ditadura militar (1964-1985), a Polícia Militar atuou na repressão política e se notabilizou por métodos violentos de combate ao inimigo interno, transitando da repressão ao crime político à repressão ao crime comum no final dos anos 1970. Durante o período democrático, seu protagonismo operacional se formou e consolidou na esteira das reivindicações de “lei e ordem”. Após a queda dos militares e a ascensão dos primeiros governos democráticos, o policiamento militarizado não foi substituído por um modelo mais adequado ao sistema político. As estratégias de controle do crime institucionalizadas durante a ditadura permaneceram e se consolidaram como parte do modelo de policiamento. A lógica de “combate ao inimigo” (Silvestre, 2018), por exemplo, continuou balizando as ações de grupos policiais, como a Rota, criada no auge da ditadura (Macedo, 2015).

Entretanto, em contraste com o regime anterior, o foco do policiamento ostensivo, voltado à repressão de assaltos a bancos, atualmente está no controle do que nomeamos *circulação indevida de riquezas*, isto é, alguns tipos de crimes patrimoniais e o varejo do tráfico de drogas, especialmente nas comunidades e periferias pobres. A seletividade racial, o alto número de prisões provisórias e a letalidade policial são as características desse modelo de policiamento.

No período de transição, a PM passou por tentativas de reestruturação, por iniciativa de políticos progressistas. O governo de Franco Montoro (1983-1987), primeiro governador da reabertura política, buscou alinhar as práticas policiais com os paradigmas dos direitos humanos, procurando instituir controles da atividade policial, sobretudo em relação às práticas abusivas. Porém, contrastado com o aumento da incidência de crimes do período, tal projeto foi minado pela insatisfação política e populista que acusava o governo de leniência com “bandidos”, exigindo políticas mais duras e a volta das práticas utilizadas na ditadura (Caldeira, 2000; Mingardi, 1991).

No período seguinte (1987-1992), o policiamento militarizado foi priorizado, gerando o aumento dos abusos e da letalidade policial. Essa época ficou marcada por episódios de extrema violência que impactaram negativamente a história da PM paulista, como o Massacre do Carandiru (1992). A Polícia Militar nunca matou tanto quanto nesse período, e as iniciativas de mudanças organizacionais substantivas foram desmobilizadas. Nas décadas que seguiram, esse modelo de policiamento foi expandido para todo o estado. A corporação aumentou seu efetivo e a especialização dos seus agentes. Ela também atualizou procedimentos, ferramentas tecnológicas, armamentos e veículos. O mesmo, contudo, não ocorreu com a Polícia Civil, que teve investimentos e expansão bem mais modestos. Além disso, a ascensão política de

promotores e ex-policiais a cargos na Segurança Pública e no parlamento foi importante para a consolidação da estratégia militarizada-inquisitorial do controle do crime (Silvestre, 2018). A PMESP manteve e expandiu cargos de assessoria parlamentar em instâncias governamentais estaduais e federais (Pagamisse, 1995), visando a influenciar e acompanhar proposições legislativas de interesse da instituição.

A PMESP HOJE

O crescimento das taxas de crimes deu mais importância às demandas por mais segurança e obrigou os políticos a responder diretamente às preocupações. Se Garland (2008) apontou a emergência da cultura do controle, que implica mudanças muito amplas nas representações e disposições em relação ao crime, aos desviantes e à punição, Simon (2007) demonstrou que o uso político do discurso do crime alavancou o populismo punitivo e criou uma forma de “governar através do crime”. Esses movimentos enquadram simultaneamente acontecimentos internacionais, nacionais e locais, com uma série de mediações entre essas diferentes esferas.

No Brasil, as políticas e as práticas de policiamento, desde o início da democracia, configuram-se como uma significativa pauta política de candidaturas, sobretudo aquelas de policiais e adeptos do recrudescimento punitivo da segurança pública. Se o fenômeno da “bancada da bala” não é novo, pois esteve presente durante todo o período democrático, nos últimos anos a ameaça de ruptura com a democracia tem encontrado apoio nas polícias brasileiras, aumentando as preocupações de juristas, acadêmicos e especialistas. Tal receio é fundamentado não somente nas demonstrações fascistas da anterior gestão presidencial, mas também nas frequentes manifestações antidemocráticas de policiais bolsonaristas nas redes sociais. Um levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021) que observou o uso de redes sociais por policiais estimou que, em 2021, 48% dos policiais militares (44% dos oficiais e 51% dos praças) no Brasil estavam na esfera de comunicação do bolsonarismo.

Observa-se um processo ultraconservador de politização da polícia simultâneo à “policialização da política”. Isso decorre das características fascistas do governo de Jair Messias Bolsonaro, marcado por uma espécie de nacionalismo autoritário e conservador, militarismo, anticomunismo e antimarxismo, política econômica neoliberal, culto à violência, negação do racismo e exaltação do machismo (Boito, 2020), entre outras particularidades. Bolsonaro,

bem como governadores, prefeitos e deputados se elegeram apoiando-se na insegurança e no medo da população em relação ao crime. Dessa forma, encontrou nas instituições policiais sua base mais fiel e apaixonada, principalmente aquela que rechaça os direitos humanos e valida discursos como “Bandido bom é bandido morto”, “Mais um CPF cancelado” ou “Se tá com pena de bandido, leva pra casa”.

Bolsonaro se elegeu com a promessa de acabar com as audiências de custódia, abolir os indultos, reduzir a maioria penal, construir presídios, facilitar o porte de armas, revogar o estatuto do desarmamento e assegurar aos policiais militares privilégios legais (Pereira, 2021). Esses elementos fazem eco com a trajetória política do político, apoiador aberto do regime ditatorial, das milícias e das práticas de violação de direitos humanos, como a tortura.

O resultado dessa complexa relação entre policiais e o bolsonarismo pode ser observado nos casos de motins de PMs, como ocorreu no Ceará, ou na repressão de movimentos opositores ao governo, como sucedeu em São Paulo, em uma manifestação de antifascistas durante a pandemia. Ele também se verifica no uso político de ações da Polícia Rodoviária Federal nos dias da eleição e após a votação, com a intensificação de operações em estradas que visaram a impedir o acesso de eleitores aos locais de votação e possibilitaram o bloqueio de rodovias em protesto ao resultado das eleições de 2022. Novamente, a ausência de repressão da PM aos protestos contra o resultado da eleição contribuiu para a depredação das sedes dos Poderes no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF).

É nas redes sociais, contudo, que policiais bolsonaristas se expressam com muita veemência. Essa pesquisa observou em grupos de WhatsApp, páginas do Facebook e do Instagram e em vídeos no YouTube discursos que atentam contra a democracia, sobretudo aqueles que pediam o fechamento do Superior Tribunal Federal (STF), a volta do regime militar, a (re)instituição do AI-5 e a instauração de estado de sítio.

BOLSONARO E O BOLSONARISMO NAS POLÍCIAS

Crime e insegurança foram temas definidores das eleições de 2018, tanto para o Executivo quanto para o Legislativo, nas esferas federal e estaduais. Nas pautas jornalísticas e nas redes sociais, foi um tema explorado para conquistar votos, ao lado do discurso de combate à corrupção e das propostas conservadoras da “moral e dos bons costumes”.

O discurso baseia-se em soluções simplórias e salvacionistas, como o acesso irrestrito

a armas de fogo, a ampliação de violências institucionais, o apoio à ação letal de policiais e o elogio do punitivismo como forma de restabelecer a ordem. Nada se diz sobre políticas integradas de segurança, prevenção à violência, controle da corrupção policial – vistas como proposta de quem não conhece a realidade ou quer facilitar as coisas para os bandidos.

Nas redes policiais bolsonaristas, a forma de comunicar a questão do crime não se baseia nem em evidências (como estudos científicos ou análises de programas que deram certo), nem na aplicação irrestrita da lei (já que inclui a defesa de métodos ilegais, como tortura e execução de suspeitos) – enquadra a segurança pública- como uma guerra. Nesse aspecto, os discursos observados se assemelham ao que tem sido utilizado desde o início da Nova República, segundo autoras que nos antecederam nesse debate (Caldeira, 2000; Peralva, 2000). Acompanhamos, assim, como as novas mídias vêm sendo apropriadas para esse discurso e como novos temas são incorporados às narrativas antigas (Cedro, 2023; Sinhoretto; Macedo, 2019; Silvestre, 2018).

De forma geral, a mobilização do crime nos discursos políticos associa a “desordem” nacional ao aumento do crime e da violência no Brasil. Enquanto nas pesquisas anteriores a “desordem” era associada aos políticos democratas e às políticas de “humanização” da segurança pública e da justiça criminal (Caldeira, 2000), a construção narrativa atual vincula a “desordem” à agenda da democratização, vista como pauta “ideológica” que teria promovido no país uma “inversão de valores”. Esse termo é recorrente entre policiais militares de diversos graus hierárquicos (Macedo, 2015). Com variações, o enunciado culpa setores progressistas da sociedade e da política, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), por terem causado a “degeneração social” de “valores morais” como a família, o trabalho, a religião, a educação e o respeito às instituições e à autoridade policial.

Há uma recusa geral aos “direitos humanos”, que há décadas são o moinho de vento da direita brasileira (Carapaña, 2018; Rocha, 2018), que utiliza *lugares-comuns* como “direitos de vagabundos”, restringindo a aplicação dos direitos humanos “aos humanos direitos”. É veiculada a ideia de que os políticos de esquerda “dão flores aos bandidos”. O debate sobre segurança pública e direitos humanos não é visto como intrínseco ao espaço público, como um lugar da discordância legítima e do debate das políticas públicas e das práticas abusivas, e sim como uma “inversão de valores”.

A virulência dos discursos antagonistas aos direitos humanos e aos políticos de esquerda desconsidera que poucas políticas alternativas foram levadas a cabo, mesmo em governos de partidos de esquerda. Ao contrário, os governos de partidos destacados na oposição ao regime militar (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e PT) e de partidos consagrados pela democracia eleitoral (como o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) não

promoveram grandes reformas na segurança pública e na justiça criminal. O encarceramento cresceu vertiginosamente no período democrático, o número de pessoas mortas pelas polícias aumentou, e penas alternativas não se tornaram políticas de massa. Mesmo assim, “a esquerda” é a responsável pela existência do crime e pela “falta de medo” dos bandidos diante da polícia.

O campo de políticas de segurança pública tem sido constituído em movimentos de disputas entre visões e projetos, mas a verdade é que nenhum governo de direita ou esquerda deu centralidade à redução da violência e à proteção da vida. Houve avanços e experiências bem-sucedidas, mas elas também se dissolveram com muita facilidade nas trocas de governo. O resultado: não houve reformas significativas na segurança, nas polícias, na justiça criminal e nas prisões (Sinhoretto; Lima, 2015). A repetição das práticas do passado é um entrave para novas visões, solo confortável para o crescimento do discurso autoritário sobre crime e violência nas mídias e na comunicação pública e privada, de forma geral.

O avanço da tecnologia digital passou a criar, manter ou aprofundar as relações sociais mediadas pela interface dos novos meios, criando uma relação contínua de interações *on/offline*. Os limites da interação pelas plataformas digitais e a interação no cotidiano fora delas vão se tornando cada vez mais borrados, ao passo que, ao invés de só consumirmos os conteúdos digitais, também passamos a produzi-los e compartilhá-los (Miskolci, 2016).

Trata-se de compreender que a internet não inaugurou uma nova forma de produção de conteúdo sobre os fenômenos sociais, mas permitiu que outros atores pudessem produzir conteúdo. Quando o tema é violência, diversos atores passaram a ocupar espaços virtuais para difundir e compartilhar suas narrativas, valores, moralidades e opiniões sobre o tema. Ao lado das pessoas comuns, observamos o destaque aos policiais (principalmente os policiais militares) na difusão de conteúdo sobre crime e seu controle.

Cedro (2023) observou a formação de redes familiares e de vizinhança voltadas à vigilância comunitária, visando ao compartilhamento de informações e ao monitoramento de suspeitos e notícias de crimes. O discurso dos que interagem é permeado pela dicotomia “cidadãos de bem” e “bandidos”, em que as representações sobre a violência seguem reproduzindo diagnósticos e narrativas que já existiam antes dos meios digitais.

A construção da suspeição nas redes reproduz estereótipos sobre o estranho e sobre quem são os “bandidos”, acrescentam às narrativas orais fotos, vídeos e memes que tanto podem ampliar a polifonia de um evento criminal como podem fixar ainda mais os estereótipos (Cedro, 2023). A percepção de insegurança não é amenizada pela participação nas redes, mas parece, ao contrário, ser dinamizada quando todo e qualquer fato passa a ser conhecido num curtíssimo intervalo de tempo por um número muito grande de pessoas. Informações que antes

eram transmitidas no ritmo dos encontros presenciais com parentes e vizinhos agora têm seu fluxo acelerado. Essa velocidade, essa imediatividade e esse contato permanente com as cenas violentas trocadas nos aplicativos podem ter contribuído para aprofundar a percepção de que antigamente havia menos crimes.

No caso da comunicação entre policiais, o WhatsApp é usado para apoio tático em operações, mesmo na contramão do que é recomendado pelas chefias. Muitos policiais, entretanto, recorrem ao aplicativo para acrescentar informações sobre situações registradas nos sistemas corporativos e podem acrescentar detalhes não comportados pela comunicação oficial, como fotos, vídeos e comentários valorativos. Nos textos oficiais, por outro lado, nas entrevistas para imprensa e nas conversas com pesquisadores, o tom é de negar e condenar o racismo e a homofobia; nas conversas privadas de grupo, por exemplo, são feitos muitos comentários discriminatórios.

Nas páginas oficiais da PMESP, a comunicação é massivamente centrada na divulgação de prisões e apreensões, crimes patrimoniais e drogas são quase a totalidade das ocorrências destacadas, e a prisão é retratada como o objetivo do policiamento. Não há comunicação voltada para a diversidade interna do corpo policial, para ações de prevenção e para integração de políticas públicas. Quem segue as páginas é informado de que a polícia prende.

Em relação aos policiais, Macedo (2015) identificou na sua pesquisa um deslocamento nos conteúdos veiculados pelas mídias digitais abertas, principalmente do Facebook e do YouTube. Os vídeos disponíveis nessas plataformas se tornaram um meio de expressão de opiniões de policiais e políticos sobre as políticas públicas na área de segurança. Em 2012, foi muito alardeada a política de enfrentamento e “combate” a suspeitos de integrarem o PCC², em reação aos ataques a delegacias e postos policiais e às mortes de agentes. As ações policiais tiveram o protagonismo das Rota – modalidade de policiamento realizada pelo 1º Batalhão de Policiamento de Choque.

Naquele período, as redes sociais foram utilizadas pelos responsáveis por ações policiais letais para justificá-las e, também, para alavancar carreiras políticas. Duas figuras-chave da política de confronto ao PCC, Antônio Ferreira Pinto, então secretário de Segurança Pública, e o coronel Paulo Lucinda Telhada, comandante da Rota à época, utilizaram essas plataformas para fazer propaganda política. Eles conciliaram com as redes sociais sua projeção nas mídias convencionais por estarem à frente de ações contra o “crime organizado”, impulsionando suas

² O Primeiro Comando da Capital (PCC) é considerado a principal rede de crime organizado no estado de São Paulo pelas autoridades da Segurança Pública.

campanhas para deputado federal e estadual em 2014. Coronel Telhada foi o segundo deputado estadual mais votado de São Paulo, com 253 mil votos.

Durante 2014, a figura de Telhada aparecia como um herói da Polícia Militar, símbolo do “combate ao crime organizado”, figura central para representar os policiais e os “cidadãos de bem” contra os “bandidos”. Obteve a reeleição em 2018 com 214 mil votos – foi o quarto deputado mais votado no estado e tem mais de 2 milhões de seguidores no Facebook.

Se em 2014 as pautas do “crime organizado” e do “combate ao crime” eram mais presentes na mídia, projetando eleitoralmente Telhada, em 2018 os jornais priorizaram a crise política nacional e a corrida presidencial. A deputada estadual mais votada em 2018 foi Janaína Paschoal, eleita com 2 milhões de votos e uma das responsáveis pelo pedido do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Mesmo que o coronel tenha perdido eleitores, dois policiais militares que serviram na Rota sob seu comando foram eleitos: o major Mecca (Partido Social Liberal - PSL), com imagem atrelada a Jair Bolsonaro, elegeu-se deputado estadual (com 400 mil seguidores em sua página no Facebook, e 46 mil no Instagram) e o capitão Derrite (Partido Progressista - PP), deputado federal, acumulando mais de um milhão de curtidas no Facebook e 235 mil seguidores no Instagram. Ambos apareceram em diversos programas policiais na TV, como o Brasil Urgente. Em 2023, Derrite foi nomeado secretário de Segurança Pública em São Paulo.

As mídias sociais servem, para além da divulgação do trabalho dos policiais, de palanque político para as candidaturas. As personagens citadas têm pautas de recrudescimento penal, punitivismo e aumento dos investimentos na Polícia Militar, além da crítica à punição de policiais que praticaram violência contra suspeitos. Construíram discursos políticos propondo ações de “combate ao crime organizado” e encontraram eco no debate público, mas migraram para a discussão política nacional, acompanhando os conteúdos bolsonaristas.

Outros canais pessoais de policiais não oficiais também foram acompanhados desde 2021 pela pesquisa. Em redes abertas, os conteúdos não diferem muito daquele das postagens dos canais oficiais. Além dos filtros impostos pelas próprias redes, há um controle da instituição sobre os conteúdos publicados. As publicações de um agente, detentor de uma página do Facebook, Instagram ou canal de YouTube, são checadas, e devem estar em conformidade com os padrões da corporação, do contrário o agente que descumprir as normas pode sofrer punições.

Esse tema foi abordado durante entrevistas com policiais da PMESP, analisadas em projeto anterior, relatado em livro dos autores (Sinhoretto, 2021):

Tem uns policiais que são do meu batalhão, eles são da ROCAM, e eles tem um canal do YouTube, eles filmam lá a atividade policial deles e depois passa esse vídeo

pelo crivo do comando, e autorizando, eles colocam no YouTube com o acesso a todo mundo. Pode assistir, comentar, não comentar... vai sempre ter uma mensagem institucional, então às vezes deslocando para uma ocorrência, daí eles filmam as motos deslocando e tal eles colocam no YouTube. Eu acho que é importante, eu acho que tem que ter (Capitão C, 2019, grifo nosso).

A fala do Capitão C, oficial responsável pelo setor de planejamento, demonstra como as redes sociais possibilitaram um aumento da divulgação da atividade policial e muitos agentes adotaram as mídias digitais, se tornando influenciadores. As versões antagonistas são compartilhadas por outros usuários não ligados às instituições policiais que denunciam, nessas redes sociais, crimes de abuso, tortura, racismo e homicídios cometidos por policiais.

De fato, a PMESP aplicou punição a agentes que desrespeitam as normas de publicação da corporação em redes sociais abertas. Policiais militares que manifestaram apoio em páginas públicas a favor do bolsonarismo e suas pautas contra os ministros do STF, em favor da instauração do AI-5 e da volta do regime militar, também foram punidos. Esse é o caso do coronel PM Paulo Aleksander Lacerda, que foi afastado pelo comando por desrespeitar o regulamento da corporação e postar publicamente ataques ao STF, ao governador do Estado e convocar policiais para atos bolsonaristas no feriado de 7 de setembro de 2021. Vale lembrar que tais declarações de PMs em favor da ruptura democrática geraram preocupação em relação à participação de policiais militares em um golpe de estado no mesmo feriado em 2022.

Se nas mídias abertas há um controle institucional, o monitoramento demonstrou que em comunidades do WhatsApp os grupos de policiais funcionam como um espaço de difusão incontida do bolsonarismo, de *fake news*, pautas antidemocráticas e diversos conteúdos que não passariam pelo crivo do controle institucional.

Os conteúdos transmitidos, áudios, vídeos, memes e mensagens de texto não estão apenas associados a atividades policiais e a suas interpretações políticas. Há uma multiplicidade de assuntos, o que exigiu a seleção e a categorização dos dados. A análise mostrou incompatibilidade entre os discursos coletados via WhatsApp em relação às outras mídias digitais e principalmente em relação às entrevistas autorizadas com policiais militares. O WhatsApp, por ser uma rede fechada, não tem filtros de controle das publicações, portanto as postagens demonstraram comportamentos desprovidos dos constrangimentos que poderiam ter em contextos públicos. Nesses grupos, observa-se o desprezo por temas como igualdade racial, de gênero, sexualidade, classe e direitos humanos.

Uma das postagens mais explícitas é o vídeo de um homem seminu usando uma calcinha preta e dançando em frente a um espelho. Junto ao vídeo foram compartilhados a foto do Instagram do homem com o uniforme e sua carteira funcional da PMESP. As imagens vêm

seguidas de mensagens de cunho homofóbico como “É viado”, “Amigo do [nome do membro do grupo]”, “Trabalhava na mesma viatura que vc”, cuja intenção é de chacota. O preconceito contra pessoas LGBTQIA+ entre policiais é algo comum e está associado à construção do policial masculinizado e moralmente conservador.

Nos grupos de mensagem fechados, a masculinização e a virilidade ficaram mais evidentes quando se observaram conjuntos de postagens que trazem como tema a violência física. São trocadas muitas imagens de pessoas mortas em homicídios, acidentes de trânsito, suicídios e letalidade policial. Nas mortes provocadas por policiais era comum que as imagens fossem seguidas pela frase “mais um CPF cancelado”. Mortes que ganharam notoriedade nas mídias de massa e foram questionadas pela opinião pública, como operações que deixaram dezenas de mortos no Rio de Janeiro nas comunidades do Jacarezinho e da Vila Cruzeiro (2022), foram acompanhadas por *fake news* sobre os antecedentes criminais das vítimas e o envolvimento de seus parentes com o crime organizado, no sentido de deslegitimar o luto e a revolta dos familiares.

As postagens sobre atuação policial apareceram mescladas a outras, com fontes variadas, consonantes com os valores bolsonaristas já mencionados: o culto à violência, a hipermasculinização, a homofobia, o antifeminismo, o racismo e muita pornografia. Houve também as postagens de apoio direto ao ex-presidente e candidatos a ele ligados, especialmente veiculando mensagens de antipetismo, anticomunismo, antissocialismo e exaltação nacionalista.

Desde o início do monitoramento, notou-se que as publicações foram difundidas conforme os interesses da campanha bolsonarista. No início da pandemia, por exemplo, uma grande quantidade de informações foi disseminada contra o isolamento social, contra a vacinação e em favor da imunidade de rebanho e da prescrição da cloroquina para o combate à covid-19. Posteriormente, com a tensão entre Bolsonaro e o STF, as postagens seguiram o ritmo de enfrentamento aos ministros da corte.

Como exemplo, uma das publicações que sintetiza o pensamento do grupo demonstra em conjunto os valores bolsonarista e o desejo de ruptura institucional. O vídeo intitulado “07 de setembro será assim” faz referência às manifestações do ano de 2021 e traz um homem nu em cujo pênis ereto está escrito Bolsonaro. Em sua frente há uma mulher nua que tem STF escrito em seu ânus. O homem diz: “Hora de foder o STF aí, bora”, e enquanto faz sexo anal diz: “Vai Bolsonaro, fode o STF aí, come o cu desse povo aí”.

Como aponta Dejours (2000), a virilidade é uma forma de identidade sexual masculina. Ela é medida pela capacidade de infligir violência, e seus valores estão associados ao poder, à dominação e à agressividade. Presumidamente, a virilidade é umas das características do

movimento bolsonarista. Ela é associada às outras propriedades, metamorfoseando-se em um discurso que induz à violência, retrata a condição feminina como subalterna, sugestiona a homossexualidade como castigo e idolatra o falocentrismo.

Em 2022, com o processo eleitoral em curso, se intensificaram nos grupos os discursos contra os adversários políticos, sobretudo ao PT e ao candidato Lula, eleito. De praxe, as publicações acompanharam o discurso bolsonarista de questionamentos à lisura do processo eleitoral, do funcionamento das urnas eletrônicas, das pesquisas de intenção de voto e convocações para manifestações em prol do governo Bolsonaro.

Há discursos que incentivaram uma ruptura institucional, entretanto as ações não podem ser qualificadas como organizadas, embora seja perceptível que muito conteúdo direcionado a esses grupos foi produzido. A aparência de espontaneidade das postagens, contudo, é importante para sua eficácia. O deslocamento das pautas de segurança para o discurso de golpe é envolto pela disseminação da ameaça comunista com a possibilidade da volta da esquerda ao poder, circunstância que policiais devem ter a ação de impedir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período democrático no Brasil coincidiu com transformações no campo do controle do crime que reforçaram o protagonismo operacional da Polícia Militar nas atividades de seleção dos crimes e criminosos que efetivamente recebem punição. Observa-se que o protagonismo operacional é acompanhado pelo progressivo protagonismo político dos policiais militares, que chegou a seu ponto de maior radicalização durante o governo de Jair Bolsonaro e seu discurso abertamente antidemocrático, com convocações ao golpe contra as eleições de 2022.

Nosso acompanhamento dos discursos oficiais de policiais militares aponta que as pautas punitivistas de ódio aos “bandidos” foram deslocadas para pautas cada vez mais políticas, seguindo o direcionamento da propaganda bolsonarista. A magnitude do movimento foi tal a ponto de causar reações institucionais de controle dos discursos antissistema e de conteúdo golpista. A PMESP passou a analisar, desde 2020, as postagens de policiais em redes sociais abertas, a fim de coibir as manifestações político-partidárias de membros fardados. Isso pode indicar que as organizações policiais tendem a não tomar parte do movimento golpista. Nos grupos fechados de WhatsApp e Telegram, onde as barreiras de controle de conteúdo não tem capilaridade, observa-se a radicalização antidemocrática. Nos dois grupos analisados observou-

se a total permeabilidade à propaganda bolsonarista e às mudanças de incidência com o passar do tempo: da postura negacionista perante a pandemia de covid-19, em 2020, ao cenário eleitoral de 2022, com o confronto ao STF e a deslegitimação das eleições.

Mesmo que seja difícil prever o potencial de uma atitude subjetiva em passar à ação golpista, é claro que uma parte significativa dos policiais militares tem sido exposta a uma propaganda de enquadramento fascista incompatível com o exercício do poder de polícia numa sociedade democrática. Pode-se dizer que o protagonismo operacional no campo do controle do crime, por meio do qual a PM gozou de uma liberalidade em relação ao abuso da força e de uma desconexão da gramática do Direito, reflete um novo enquadramento da guerra ao inimigo interno: dos adversários políticos do regime militar aos criminosos comuns, dos criminosos comuns aos adversários políticos do bolsonarismo. A PM autorizada a não ter limites no controle do crime evoluiu para setores da PM que não querem ser limitados pelo enquadramento político da democracia.

A militarização da segurança como uma estratégia do campo de controle do crime abriu as portas a uma radicalização que propõe o fim do campo democrático, passando ao governo exercido diretamente pelos policiais militares sob o comando de Jair Bolsonaro.

Até o momento em que encerramos a escrita deste texto, o campo de disputas continua a existir, com resistências à radicalização e a espaços de crítica e divergência. O fortalecimento do governo democrático terá que passar forçosamente a um recuo da estratégia de militarização da segurança, sob pena de perder-se tudo novamente.

REFERÊNCIAS

1. AZEVEDO, Rodrigo Ghirighelli.; CIFALI, Ana Cláudia. Segurança pública, política criminal e punição no Brasil nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014). *In*: SOZZO, Máximo (org). **Pós-neoliberalismo e penalidade na América do Sul**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. p. 27-97.
2. BOITO, Armando. La tierra es redonda y el gobierno de Bolsonaro es fascista. **Catarsis**, Buenos Aires, n. 2, p. 12-15, 2020. Disponível em: <http://iealc.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/57/2020/04/Revista-Catarsis-N%C3%BAmero-2-versi%C3%B3n-digital.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.
3. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

4. CARAPANA. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo *In*: SOLANO, Esther (org.) **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 33-39.
5. CEDRO, André Sales dos Santos. **Mortes recíprocas**: sentidos da violência em Luziânia. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2023.
6. COSTA, Arthur Trindade Maranhão; OLIVEIRA, Almir de. Novos padrões de investigação policial no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/czrZLhCZXF8mMxwyv8LDdkn/>. Acesso em: 15 set. 2023.
7. DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
8. FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Política entre os policiais militares, civis e federais do Brasil**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/09/estudo-especial-pesquisa-policias-e-politica-nas-redes-sociais-2021.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.
9. FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Informe de Análise Policiais, Democracia e Direitos**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/informe-de-analise-policiais-democracia-e-direitos/ Acesso em: 15 set. 2023.
10. GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia Revan, 2008.
11. GARLAND, David. Para além da cultura do controle. *In*: SOZZO, Maximo (org.). **Para além da cultura do controle**. Debates sobre delito, pena e ordem social com David Garland. Porto Alegre: Aspas, 2020. p. 346-384.
12. HINE, Christine. **Virtual ethnography**. London: SAGE Publications, 2000.
13. JESUS, Maria Gorete Marques de. Verdade policial como verdade jurídica: narrativas do tráfico de drogas no sistema de justiça. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 102, p 2-15. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/CV6vftDPgYdD4wR77BvcTmN/>. Acesso em: 15 set. 2023.
14. LIMA, Roberto Kant de; MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes. Produção e reprodução da tradição inquisitorial no Brasil: entre delações e confissões premiadas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 505-529, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7743>. Acesso em: 15 set. 2023.
15. LUPTON, Deborah. Sociologia digital: para além do digital, rumo ao sociológico. **Prelúdios**, Salvador, v. 8, n. 8, p. 137-145, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/37834>. Acesso em: 15 set. 2023.

16. MACEDO, Henrique de Linica Santos “Confrontos” de ROTA: a intervenção policial com “resultado morte” no estado de São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCar, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8579>. Acesso em: 15 set. 2023.
17. MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na Polícia Civil**. São Paulo: Scritta, 1992.
18. MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 275-297, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/525>. Acesso em: 15 set. 2023.
19. PAGAMISSE, Adair. **Trabalhos do Comando Geral e das entidades de classe representativas dos Policiais Militares na Defesa Institucional junto aos parlamentares (lobby)**. São Paulo: PMESP, CAES, 1995.
20. PERALVA, Angelina. **Violência e paradoxo brasileiro: democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
21. PEREIRA, Jordana Dias. **As políticas penais e de segurança pública de FHC a Bolsonaro: um estudo sobre rupturas e continuidades na Nova República**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14279>. Acesso em: 23 nov. 2023.
22. ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? *In: SOLANO, Esther. (org.) O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 148-172.
23. SILVESTRE, Giane. **Controle do crime e seus operadores: política e segurança pública em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2018.
24. SIMON, Jonathan. **Governing through crime: how the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
25. SINHORETTO, Jacqueline; DE LIMA, Renato Sérgio. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 119-119, 2015. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/299>. Acesso em: 15 set. 2023.
26. SINHORETTO, Jacqueline; MACEDO, Henrique. Discursos políticos, mídias e violência: percursos teóricos e notas de pesquisa. *In: MATTOS, Heloiza. e GIL, Patrícia. (org.). Comunicação, políticas públicas e discursos em conflitos*. São Paulo: ECA-USP, 2019. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/364>. Acesso em: 15 set. 2023.

27. SINHORETTO, Jacqueline (ed.). **Policciamento ostensivo e relações raciais**: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

Jacqueline Sinhoretto

Professora associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8718-779X>. Contribuição: Concepção do projeto, Coordenação geral da pesquisa, Análise dos resultados, Redação e Revisão E-mail: jacsin@ufscar.br

André Cedro

Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2355-5020>. Contribuição: Coleta de dados, Análise dos resultados e Redação. E-mail: salescedro@gmail.com

Henrique Macedo

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8988-3385>. Contribuição: Coleta de dados, Análise dos resultados e Redação. E-mail: henriquelinica@gmail.com